

**REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA**  
**SUMÁRIO Nº 17 OUT./DEZ. – 1996**

**I DOUTRINA**

- O veto no Direito português – JORGE MIRANDA p. 07
- The complete American Constitution: state constitutions and constitutional law in the American Federal System – ELIAS KATZ p. 23
- Constituição brasileira e modelo de Estado: hibridismo ideológico e condicionantes históricas – TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR p. 38
- Ação rescisória e divergência de interpretação em matéria constitucional – ADA PELLEGRINI GRINOVER p. 50
- As rádios comunitárias e a Constituição de 1988 – CELSO R. BASTOS p. 61
- Da inaplicabilidade do art. 174 da Constituição Federal às normas monetárias – ARNOLDO WALD p. 74
- Interpretação constitucional. O método hermenêutico-concretizante – PATRÍCIA ULSON PIZARRO p. 78
- O homem e a formação do Estado em Thomas Hobbes – ADILSON RODRIGUES PIRES p.98
- Os princípios constitucionais implícitos – RAQUEL FERNANDES PERRINI p. 113
- Interesse público. Princípio constitucional implícito. SUELI SOLANGE CAPITULA p.170
- Direito do espaço exterior MARCELO VIEIRA VON ADAMEK p. 188
- A igualdade formal e material ALICE BIANCHINI p. 202
- O controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos no Direito brasileiro UBIRAJARA COSTÓDIO FILHO p.223
- As conseqüências da declaração de inconstitucionalidade de lei revogadora relativamente à lei revogada HELENA BEATRIZ DO AMARAL DERGINT p. 242
- O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos e a competência do Senado para suspender a execução daqueles declarados inconstitucionais TANYA KRISTYANE KOZICKI p. 257
- A concessão de serviços públicos; intervenção do poder concedente LÚCIA BARROS FREITAS DE ALVARENGA p. 275

**II ESTUDOS E PARECERES**

- O princípio da legalidade em atos administrativos. Invalidez da Portaria 63/95 do Ministério das Minas e Energia, que elimina o princípio da livre concorrência. Parecer – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS p. 289
- Reintegração de posse. Universidade de São Paulo. Morada estudantil. Portador de deficiência física. Parecer. PASCHOAL JOSÉ DORSA p. 303

**III TRIBUNAIS**

- Constitucional. Proventos da aposentadoria. Sujeição ao teto remuneratório (CF, art. 37, XI). Direito adquirido e garantia de irredutibilidade. Situações que não podem ser invocadas em face do texto

constitucional (ADCCT/88, art. 17). Recurso improvido. CELSO DE MELLO  
p. 307

Agravo de Instrumento. Traslado incompleto. Ausência da certidão comprobatória da tempestividade do recurso extraordinário. Função jurídico-processual do agravo de instrumento deduzido contra decisão que nega trânsito ao recurso extraordinário. Súmula 288/STF. Aplicabilidade. Agravo improvido. CELSO DE MELLO. p.310

Mandado de segurança. Tribunal de Contas da União. Concurso público para o cargo de impressor gráfico. Candidato classificado em quarto lugar na primeira etapa. Pretendida participação na fase de preparação e treinamento. ILMAR GALVÃO. p.314

Administrativo. Servidores da União. Acórdão que lhes reconheceu o direito a terem os vencimentos reajustados no percentual de 84,32%, relativo à variação do IPC, apurado no período de 16 de fevereiro a 15 de março de 1990, na forma da Lei 7.830/89. Pretensa inconstitucionalidade do art. 2º, II, § 1º, e do art. 9º, I, da Lei 8.030-90. Alegada a ao princípio do direito adquirido. ILMAR GALVÃO p. 317

Constitucional e administrativo. Normas constitucionais e inconstitucionais. Funcionários públicos do Estado de São Paulo. Adicionais sobre a Sexta-parte. Direito adquirido em virtude de coisa julgada em ordenamento constitucional anterior (1969). Inexistência. Harmonia de dispositivos constitucionais aparentemente em testilha. Liberdade do constituinte em romper com o ordenamento constitucional (CF/88: art. 37, inc.XIV, e art. 17 do ADCT). Recurso especial não conhecido. ADHEMAR MACIEL

Administrativo. Concurso público. Prazo de validade. Prorrogação. Legalidade. VICENTE LEAL